



*Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação*

Ata 025/2018

Aos quatro do mês de setembro dois mil e dezoito, reuniram-se na sede do CME os conselheiros Elisangela Macedo, Luís Fernando Minasi, Melissa Velho de Moraes, Rita de Cássia Madruga de Sousa; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lílian Xavier Machado, presididos pela conselheira Maria Aparecida Reyer. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Katia Leivas e Rosana Pfarrius. Também presente na reunião o Superintendente Pedagógico da SMEd, senhor Felipe Alonso. A reunião começou com todos comentando sobre o índice de aprovação do município no IDEB. A seguir, o conselheiro Minasi lembrou que o CME dispense maior parte de seu tempo de trabalho para análise e considerações acerca dos PPPs e Regimentos Escolares e solicitou licença para ler oralmente alguns apontamentos que fez em relação ao todo da educação municipal e as necessidades de mudanças. Ressaltou também que, através da realização do último COMED ficou claro que a maioria dos professores não tem conhecimento sobre o PPP da escola onde atuam. O senhor Felipe agradeceu a exposição do conselheiro Minasi e informou que sua vinda ao CME tem o objetivo de tratar sobre os regimentos e PPPs que este Conselho devolveu a SMEd. A presidente do CME, Maria

Aparecida, destacou que existe uma Resolução em vigor, a qual estipula o prazo de até primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte para que as escolas tenham realizado a adaptação de seus currículos. Ainda, lembrou que o CME não foi chamado pela SMEd para elaborar proposta de novo currículo e ressaltou que é justamente o CME o órgão responsável por sua aprovação. Ainda, destacou que no ano de dois mil e dezenove as escolas deverão adaptar os novos currículos escolares a partir das diretrizes municipais. Para tanto, continuou a presidente, o primeiro semestre de dois mil e dezenove deverá ser para que CME e SMEd debatam sobre o assunto e, no decorrer do segundo semestre, as escolas colaborem com sugestões. Destacou também que há que se construir um currículo territorial em parceria com a 18ª CRE e os representantes das escolas particulares do município. O senhor Felipe argumentou que a SMEd pretende montar um cronograma para o ano de dois mil e dezenove a fim de estabelecer as diretrizes municipais para que no COMED do ano de dois mil e vinte o mesmo passe pela análise e aprovação de todos os profissionais da educação. Ainda, destacou que não entende o porquê da devolução a SMEd de alguns regimentos e PPPs que já tinham dado entrada neste Conselho e solicitou que, uma vez que os mesmos já foram construídos pela comunidade escolar, sejam analisados e aprovados pelo Pleno. A presidente ressaltou que os PPPs e Regimentos deverão ser analisados no segundo semestre de dois mil e dezenove e que os prazos para que os novos currículos passem a vigorar estão estabelecidos através da Resolução nº 002//2017 do Conselho Nacional de Educação. O senhor Felipe informou que até dezembro de dois mil e vinte as diretrizes municipais já terão sido elaboradas para implantação no ano de dois mil e vinte e um. O conselheiro Minasi alertou para o fato de

que provavelmente as escolas não façam o que é necessário quanto a adequação de seus PPPs e sugeriu que se estabeleça um grupo de trabalho com pessoas comprometidas para esse fim. Também acrescentou que os PPPs devem trabalhar com objetivos filosóficos e com metas. O senhor Felipe propôs um cronograma de trabalho no ano de dois mil e dezenove para repensar os documentos já construídos pela SMEd e reiterou aos conselheiros o pedido de análise e aprovação dos PPPs e Regimentos remetidos para a Secretaria de Educação. O conselheiro Minasi questionou a finalidade de analisar regimentos que deverão sofrer alterações no próximo ano. A presidente, então, destacou que tais Regimentos e PPPs até poderão vir a serem analisados pelos conselheiros, porém é provável que não sejam aprovados em virtude da demora das escolas em atenderem as solicitações de adequações feitas pelos conselheiros. A seguir, a presidente questionou ao senhor Felipe se existe alguma nova modalidade de EJA sendo implantada no município. O senhor Felipe disse que o sindicato dos trabalhadores avulsos do Porto do Rio Grande necessita que seus funcionários possuam um mínimo de escolaridade para continuarem em suas funções e solicitou aquela Secretaria o atendimento dessa demanda. Dessa forma, os trabalhadores foram encaminhados para cursarem o EJA na escola Viriato Correa. Dando continuidade, a presidente informou que, através de contato telefônico, o comandante da capitania dos Portos do Rio Grande, solicitou ao CME algumas orientações para a criação de uma escola de Ensino Fundamental Modelo e afirmou ter disponíveis cerca de doze milhões de reais para esse fim. Nesse momento, o senhor Felipe agradeceu a oportunidade e despediu-se de todos. Foram agendadas para visita da Comissão Verificadora CME/SMEd as seguintes escolas de Educação

Infantil: Faz-de-Conta, Cantinho da Criança, Peter Pan e Sapecas em Ação. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela Presidente.

Lílian Xavier Machado

Secretária do CME

Maria Aparecida Reyer

Presidente do CME